Caraguatatuba, 29 de novembro de 2022.

**MENSAGEM Nº 36/2022**

Senhor Presidente,

## Tenho a satisfação de remeter a Vossa Excelência, para apreciação e deliberação dos Nobres Vereadores, aos quais formulo nesta oportunidade meus cordiais cumprimentos, o incluso Projeto de Lei Complementar que *“Dispõe sobre a alteração parcial da Lei Complementar nº 25, de 25 de outubro de 2007, da Lei Municipal nº 1.461, de 26 de setembro de 2007 e da Lei Municipal nº 2.419, de 18 de junho de 2018 e dá outras providências.”*

A proposta normativa em questão justifica-se pelas seguintes razões:

1) Ao julgar a Ação Direta de Inconstitucionalidade (processo nº. 2005828-11.2021.8.26.0000, Des. Francisco Casconi, j. 23/03/2022), o Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo declarou a inconstitucionalidade dos artigos 142, 143 e 144 da Lei Complementar Municipal nº. 25/2007, com a redação dada pela Lei Complementar Municipal nº. 33/2009, que versavam sobre os requisitos para concessão de licença-prêmio por assiduidade aos servidores municipais, com ressalva pela irrepetibilidade das verbas percebidas pelos servidores beneficiados anteriormente até a data da concessão de liminar que suspendeu a conversão da licença-prêmio em pecúnia.

Em razão daquela decisão, houve efeito repristinatório dos artigos 142, 143 e 144 da Lei Complementar Municipal nº. 25/2007, em sua redação original, com restauração de sua vigência e da produção de efeitos jurídicos, mas mostra-se recomendável, em nome da segurança jurídica, que seja alterada a redação daqueles dispositivos, não deixando qualquer dúvida de quais são as regras aplicáveis para concessão de licença-prêmio aos servidores municipais.

Outrossim, ao julgar a Ação Direta de Inconstitucionalidade (processo nº. 2193931-36.2020.8.26.0000, Des. Francisco Casconi, j. 21/09/2022), o Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo declarou a inconstitucionalidade do artigo 86, caput incisos IV, V, VI, X e XI, § 1º e das expressões “gratificação de encargos especiais” e “gratificação por participação em órgão de deliberação coletiva” constantes de seu § 3º e artigos 97, 98, 99 e 108, todos da Lei Complementar Municipal nº. 25/2007, com ressalva pela irrepetibilidade das verbas percebidas de boa-fé pelos servidores beneficiados.

O entendimento da Corte Paulista se deu em razão do posicionamento pela impossibilidade de fixação do valor da gratificação de encargos especiais, de gratificação por participação em órgão de deliberação coletiva e de gratificação de produtividade pelo Chefe do Executivo, sem previsão em lei dos parâmetros para sua concessão, pela inviabilidade de pagamento da gratificação de encargos especiais e da gratificação por participação em órgão de deliberação coletiva aos servidores comissionados e pela inviabilidade de instituição da gratificação por condução de ambulância e da gratificação natalícia.

Neste sentido, necessária a alteração da Lei Complementar Municipal nº. 25/2007, para adequação ao julgado, regulamentando-se, nos limites delineados na fundamentação do julgado, a forma e os parâmetros a serem observados para concessão aos servidores municipais efetivos de gratificação de encargos especiais, gratificação por participação em órgão de deliberação coletiva e de gratificação por eficiência e produtividade, com a revogação dos dispositivos que tratavam da gratificação por condução de ambulância e gratificação natalícia;

2) A Lei Municipal nº 1.461, de 26 de setembro de 2007, ao prever a concessão do adicional de risco de vida aos Agentes de Fiscalização do quadro permanente ou suplementar de servidores municipais, pelo desempenho de atribuições específicas do cargo, em seu artigo 1º, § 3º, estendeu a vantagem apenas aos motoristas em atividade contínua, de veículos com capacidade acima de 10 (dez) passageiros, lotados em qualquer secretaria.

Contudo, não há razão que justifique o não pagamento do referido adicional também aos motoristas que conduzam veículos com capacidade igual ou inferior a 10 (dez) passageiros, lotados em qualquer secretaria, já que também desempenham as mesmas funções e que estão sujeitos a risco de vida no cumprimento das atribuições específicas do cargo, mormente em relação aos condutores de ambulância e pessoal do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU), que desempenham funções com maior grau de risco;

3) A decisão mencionada no item 1 desta Mensagem (processo nº. 2193931-36.2020.8.26.0000) também acabou por interferir na concessão de gratificações de encargos especiais para os servidores efetivos, havendo necessidade de aumento do quantitativo de funções gratificadas destinadas a atender a encargos previstos na organização administrativa do Município, para os quais não se tenha criado cargo em comissão, para remunerar adequadamente as atribuições adicionais àquelas dos cargos ocupados pelos servidores de carreira.

Neste sentido, necessária a alteração da Lei Municipal nº 2.419, de 18 de junho de 2018.

Dessa forma, justificada a propositura e esperando a aprovação dessa Egrégia Casa de Leis, renovo a Vossa Excelência e aos Nobres Vereadores os meus protestos de consideração e respeito.

Atenciosamente,

**JOSÉ PEREIRA DE AGUILAR JUNIOR**

Prefeito Municipal

A Sua Excelência, o Senhor,

**VEREADOR** **Renato Leite Carrijo de Aguilar**

Presidente da Câmara Municipal de Caraguatatuba/SP

**PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº \_\_\_\_\_ , DE \_\_\_ DE \_\_ DE 2022.**

*“Dispõe sobre a alteração parcial da Lei Complementar nº 25, de 25 de outubro de 2007, da Lei Municipal nº 1.461, de 26 de setembro de 2007 e da Lei Municipal nº 2.419, de 18 de junho de 2018 e dá outras providências.”.*

**Autor:**Órgão Executivo.

**JOSÉ PEREIRA DE AGUILAR JUNIOR**, Prefeito Municipal da Estância Balneária de Caraguatatuba, usando das atribuições que lhe são conferidas por Lei, FAZ SABER que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte Lei Complementar:

**Art. 1º**  Ficam alterados os artigos 72, 86, 97, 98, 108, 142, 143 e 144, todos da Lei Complementar nº 25, de 25 de outubro de 2007, que passam a vigorar com a seguinte redação:

*“(...)*

***Art. 72****Remuneração ou vencimentos é o vencimento do cargo, acrescido das vantagens pecuniárias, permanentes ou temporárias, estabelecidas em lei.*

*(...)*

***Art. 86****Além dos vencimentos e vantagens previstos nesta Lei, serão devidos aos servidores as seguintes gratificações e adicionais:*

***I -*** *Gratificação de função;*

***II -*** *Gratificação natalina;*

***III -*** *Gratificação por serviço extraordinário;*

***IV -*** *Gratificação de encargos especiais;*

***V -*** *Adicional por tempo de serviço;*

***VI –*** *Adicional pelo exercício de atividade insalubre, perigosa ou penosa;*

***VII -*** *Adicional noturno;*

***VIII -*** *Gratificação por participação em órgão de deliberação coletiva.*

***§ 1º****As gratificações e adicionais somente se incorporarão aos vencimentos ou proventos nos casos indicados em lei.*

***§ 2º****Aos ocupantes de cargo exclusivamente em comissão, além dos direitos sociais consagrados pelo art. 7º, incisos VIII e XVII, da Constituição Federal, será concedido também o adicional por tempo de serviço.*

*(...)*

***Art. 108****A gratificação pela participação em órgão de deliberação coletiva interna será devida ao servidor titular de cargo efetivo, mesmo que dele esteja em afastamento para exercício de cargo em comissão, que for nomeado pela autoridade competente para participar de órgão deliberativo coletivo municipal, no importe de 30% (trinta por cento) do vencimento do cargo do servidor.*

*(...)*

***Art. 142*** *Após cada período de 5 (cinco) anos de efetivo**exercício, o servidor efetivo que já tenha cumprido o período de estágio probatório, fará jus a 3 (três) meses de licença, a título de prêmio, com remuneração de seu cargo.*

***§ 1º*** *Na contagem do tempo de serviço que trata o caput, não serão computados como dias de efetivo exercício para concessão da licença prêmio os afastamentos:*

***I -*** *para tratamento de saúde;*

***II -*** *por motivo de doença em pessoas da família;*

***III -*** *para tratar de interesse particular;*

***IV –*** *faltas injustificadas.*

***§ 2º*** *Na ocorrência das ausências previstas nos incisos I e II do parágrafo anterior, o período aquisitivo de 5 (cinco) anos mencionado no caput deste artigo, será prorrogado na mesma proporção das mencionadas ausências.*

***§ 3º*** *Somente o tempo de serviço público prestado ao Município será computado para efeito da licença-prêmio.*

***§ 4º*** *A licença-prêmio poderá ser gozada de uma só vez ou em parcelas e, neste último caso, em períodos não inferiores a 30 (trinta) dias, devendo o funcionário, para esse fim, declarar expressamente, no requerimento, o número de dias que pretende gozar.*

***§ 5º*** *Excepcionalmente, será admitida a conversão da licença-prêmio em pecúnia, diante da demonstração de impossibilidade de seu gozo, por necessidade do serviço, a critério da Administração Municipal, com base na remuneração percebida à época da aquisição do direito.*

***§ 6º*** *O pedido de licença prêmio deverá ser instruído com certidão de tempo de serviço, expedido pela Área de Recursos Humanos da Secretaria Municipal de Administração.*

***§ 7º*** *O servidor deverá aguardar em exercício a apreciação de seu pedido de gozo da licença-prêmio.*

***§ 8º*** *No caso de reeleição para o mandato classista, o funcionário terá seu período aquisitivo para fins de licença prêmio interrompido.*

***Art. 143*** *Não se concederá licença-prêmio ao funcionário que, no período de 5 (cinco) anos de efetivo exercício:*

***I -*** *sofrer penalidade disciplinar de suspensão;*

***II -*** *afastar-se do cargo em virtude de:*

***a)*** *licença para exercício de mandato classista, com exceção ao primeiro mandato;*

***b)*** *condenação a pena privativa de liberdade por sentença definitiva.*

***Art. 144*** *Cumprirá à autoridade competente, tendo em vista o interesse e conveniência da Administração, determinar o período de gozo da licença-prêmio, bem como se será concedida por inteiro ou parceladamente.*

***§ 1º*** *O número de funcionários em gozo simultâneo de licença-prêmio não será superior a 1/3 (um terço) da lotação da respectiva unidade administrativa.*

§ 2º Em caso de gozo parcelado da licença-prêmio, os períodos não poderão ser inferiores a um mês.

*(...)”*

**Art. 2º**  O artigo 22 da Lei Complementar nº 25, de 25 de outubro de 2007, passa a vigorar acrescido de § 5º, com a seguinte redação:

***“Art. 22****(...)*

*(...)*

***§ 5º****O recebimento de função gratificada exclui o pagamento de gratificação por serviço extraordinário.”*

**Art. 3º**  Ficam alterados os §§ 1º e 3º do artigo 1º da Lei Municipal nº 1.461, de 26 de setembro de 2007, que passam a vigorar com a seguinte redação:

*“****Art. 1º****(...)*

***§ 1º****O adicional de risco de vida será devido no percentual de:*

***I -*** *30% (trinta por cento), calculado sobre o vencimento base do cargo, para os Agentes de Fiscalização de que trata o caput e para os motoristas de veículos com capacidade acima de 10 passageiros.;*

***II -*** *35% (trinta e cinco por cento), calculado sobre o vencimento base do cargo, para os motoristas de ambulância;*

***III –*** *60% (sessenta por cento), calculado sobre o vencimento base do cargo, para os motoristas que atuem junto ao Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU) ou outra designação que esse serviço venha a ter;*

*(...)*

**Art. 4º** Fica alterado o Anexo I da Lei Municipal nº 2.419, de 18 de junho de 2018, quanto às Funções Gratificadas Ordenadas por Símbolos e Valores, que passa a vigorar com a seguinte redação:

*“(...)*

***FUNÇÕES GRATIFICADAS ORDENADAS POR SÍMBOLOS E VALORES***

|  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- |
| *ÓRGÃO* | ***FUNÇÃO (símbolo)*** | ***QTD*** | ***VALOR MENSAL (R$)*** |
| *Gabinete do Prefeito* | *FG. 1**FG. 2**FG. 3**FG. 4**FG. 5* | *02**02**02**05**01* | *3.100,00**2.300,00**1.800,00**1.050,00**450,00* |
| *Secretaria Municipal de Comunicação Social* | *FG. 1**FG. 2**FG. 3**FG. 4**FG. 5* | *02**02**03**07**02* | *3.100,00**2.300,00**1.800,00**1.050,00**450,00* |
| *Secretaria Municipal de Assuntos Jurídicos* | *FG. 1**FG. 2**FG. 3**FG. 4**FG. 5**FG.6* | *06**06**07**13**02**05* | *3.100,00**2.300,00**1.800,00**1.050,00**450,00**30%* |
| *Secretaria Municipal de Governo* | *FG. 1**FG. 2**FG. 3**FG. 4**FG. 5* | *01**01**01**02**01* | *3.100,00**2.300,00**1.800,00**1.050,00**450,00* |
| *Secretaria Municipal de Planejamento Estratégico e Desenvolvimento* | *FG. 1**FG. 2**FG. 3**FG. 4**FG. 5* | *03**02**03**03**02* | *3.100,00**2.300,00**1.800,00**1.050,00**450,00* |
| *Secretaria Municipal de Administração* | *FG. 1**FG. 2**FG. 3**FG. 4**FG. 5* | *10**15**40**50**10* | *3.100,00**2.300,00**1.800,00**1.050,00**450,00* |
| *Secretaria Municipal de Fazenda* | *FG. 1**FG. 2**FG. 3**FG. 4**FG. 5* | *08**04**05**32**03* | *3.100,00**2.300,00**1.800,00**1.050,00**450,00* |
| *Secretaria Municipal de Obras Públicas* | *FG. 1**FG. 2**FG. 3**FG. 4**FG. 5* | *04**03**02**02**02* | *3.100,00**2.300,00**1.800,00**1.050,00**450,00* |
| *Secretaria Municipal de Urbanismo* | *FG. 1**FG. 2**FG. 3**FG. 4**FG. 5* | *05**08**05**06**02* | *3.100,00**2.300,00**1.800,00**1.050,00**450,00* |
| *Secretaria Municipal de Habitação* | *FG. 1**FG. 2**FG. 3**FG. 4**FG. 5* | *01**01**02**02**01* | *3.100,00**2.300,00**1.800,00**1.050,00**450,00* |
| *Secretaria Municipal de Meio Ambiente, Agricultura e Pesca.* | *FG. 1**FG. 2**FG. 3**FG. 4**FG. 5* | *01**02**02**04**03* | *3.100,00**2.300,00**1.800,00**1.050,00**450,00* |
| *Secretaria Municipal de Serviços Públicos* | *FG. 1**FG. 2**FG. 3**FG. 4**FG. 5* | *09**10**11**15**07* | *3.100,00**2.300,00**1.800,00**1.050,00**450,00* |
| *Secretaria Municipal de Educação* | *FG. 1**FG. 2**FG. 3**FG. 4**FG. 5* | *04**05**28**100**56* | *3.100,00**2.300,00**1.800,00**1.050,00**450,00* |
| *Secretaria Municipal de Esportes e Recreação* | *FG. 1**FG. 2**FG. 3**FG. 4**FG. 5* | *01**06**03**04**01* | *3.100,00**2.300,00**1.800,00**1.050,00**450,00* |
| *Secretaria Municipal de Turismo* | *FG. 1**FG. 2**FG. 3**FG. 4**FG. 5* | *01**01**01**03**01* | *3.100,00**2.300,00**1.800,00**1.050,00**450,00* |
| *Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social e Cidadania* | *FG. 1**FG. 2**FG. 3**FG. 4**FG. 5* | *12**08**14**15**18* | *3.100,00**2.300,00**1.800,00**1.050,00**450,00* |
| *Secretaria Municipal de Saúde* | *FG. 1**FG. 2**FG. 3**FG. 4**FG. 5* | *30**45**95*71*11* | *3.100,00**2.300,00**1.800,00**1.050,00**450,00* |
| *Secretaria Municipal de Mobilidade Urbana e Proteção ao Cidadão* | *FG. 1**FG. 2**FG. 3**FG. 4**FG. 5* | *07**06**06**06**06* | *3.100,00**2.300,00**1.800,00**1.050,00**450,00* |
| *Secretaria Municipal da Pessoa com Deficiência e do Idoso* | *FG. 1**FG. 2**FG. 3**FG. 4**FG. 5* | *03**05**03**05**02* | *3.100,00**2.300,00**1.800,00**1.050,00**450,00* |
| *Secretaria Municipal de Tecnologia da Informação* | *FG. 1**FG. 2**FG. 3**FG. 4**FG. 5* | *03**03**03**03**03* | *3.100,00**2.300,00**1.800,00**1.050,00**450,00* |

*“(...)”*

**Art. 5º**  Fica revogado o artigo 99 da Lei Complementar nº 25, de 25 de outubro de 2007.

**Art. 6º** Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Caraguatatuba, \_\_\_ de \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ de 2022.

**JOSÉ PEREIRA DE AGUILAR JUNIOR**

Prefeito Municipal